

A EDUCAÇÃO DE MOÇAS E RAPAZES NA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Bárbara Muniza Carvalho Silvério
Karla Maria da Silva
UEM – CRV

Resumo: Este trabalho apresenta as linhas gerais de um Projeto de Iniciação Científica ainda em fase inicial, que compara duas obras de Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o Bispo de Elvas, escritas em fins do século XVIII: os *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória* e os *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Grasa*, que se referem, respectivamente, a uma instituição para o ensino das moças e uma instituição para o ensino de rapazes, ambos em Pernambuco. O principal objetivo é compreender as diferenças na educação de moças e rapazes, a partir dos estatutos, e compreender o papel da mulher na América portuguesa daquele período.

Palavras-chave: América portuguesa; Azeredo Coutinho; educação.

Este artigo apresenta as linhas gerais de um Projeto de Iniciação Científica ainda em fase inicial, que tem como fonte as obras de Dom Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho: os *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória* e os *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Grasa*, que se referem, respectivamente, a uma instituição para o ensino das moças em Recife e uma instituição para o ensino de rapazes em Olinda, ambos na capitania de Pernambuco. A pesquisa propõe, a partir dos documentos mencionados, comparar a educação oferecida aos meninos e às meninas na América portuguesa de fins do século XVIII e início do XIX, de modo que seja possível compreender como era concebido o papel das mulheres naquela sociedade.

Como sabemos, nos primeiros séculos de colonização da América portuguesa, a educação ficou a cargo dos padres da Companhia de Jesus, responsáveis, inicialmente, pela catequização dos indígenas. A instituição, que havia sido fundada em 1536, e reconhecida pela Igreja em 1540 no bojo da reforma católica, se desenvolveu rapidamente e logo estava presente em grande parte do império português.

Foi nesse contexto que, em 1549, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega, vieram para América portuguesa os primeiros jesuítas, acompanhando o 1º Governador Geral, Tomé de Souza. Nesse mesmo ano, Nóbrega fundou na Bahia a “primeira escola de ler e escrever”. Em seguida, a pedido de Nóbrega, chegaram outros jesuítas, entre os quais, José de Anchieta. Juntos, Nóbrega e Anchieta fundaram no planalto da capitania de São Vicente o Colégio de Trabalhos Apostólicos de São Paulo do Campo de Piratininga (reconstituído hoje no Pátio do Colégio, na cidade de São Paulo). Logo, outros colégios foram fundados, como os do Rio de Janeiro, Porto Seguro, Ilhéus e Pernambuco, entre outros. Embora o objetivo inicial fosse a catequização dos índios, com os colégios surgiram as primeiras instituições de ensino da América portuguesa, uma vez que os filhos dos colonos, principalmente os dos senhores de engenho, também passaram a ser educados pelos jesuítas, que assim, ficaram amplamente conhecidos pelo seu trabalho missionário e educacional.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a educação na América portuguesa continuou sob os cuidados dos inacianos. Foram mais de 200 anos de educação jesuítica, até que, em 1759, no contexto das Reformas Pombalinas, os jesuítas foram expulsos de todo o Império português, inclusive da porção americana, e os seus colégios foram fechados. Após a expulsão dos jesuítas, abriu-se uma espécie de vácuo no que diz respeito ao ensino na colônia, pois o sistema de instrução pública planejado por Pombal, baseado na implantação de Aulas Régias, demorou a ser posto em prática. À época, já existia uma grande preocupação com os problemas educacionais, pois para além do desejo de cultivar as ciências e as artes, era necessário criar quadros burocráticos exigidos pela nova administração, e sob uma perspectiva mais pragmática, ensinar aos meninos pobres, principalmente aos órfãos, ao menos “ofícios de ganhar”.

Para equacionar os problemas relativos à instrução na América, além das Aulas Régias - aulas avulsas, divididas em cátedras – a coroa autorizou a criação de casas de recolhimento e de seminários. Algumas dessas instituições ocuparam instalações antes utilizadas pelos jesuítas, como é o caso do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Grasa, conhecido como Seminário de Olinda, e do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, na vila de Recife, fundados por Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o influente Bispo de Elvas. Foi a criação dessas duas instituições que geraram a documentação que propomos analisar nessa pesquisa. Vejamos alguns detalhes.

Segundo o historiador Gilberto Alves, no que diz respeito à criação do Seminário de Olinda, Azeredo Coutinho reconheceu como “fundamental a disposição da rainha, dona Maria

I, que, mediante Alvará de 22 de março de 1796, doou ‘o Colégio, e Igreja, que foi dos Jesuítas, com todas as suas pertensas’, à Mitra de Pernambuco. (ALVES, 2001, p. 120)

Ainda de acordo com Alves, a expectativa de implantação de um colégio em Olinda criou a necessidade de uma norma que o regulamentasse e, “perseguida por Azeredo Coutinho, essa necessidade foi cumprida e coroada com a elaboração dos *Estatutos*, antes mesmo que o bispo se deslocasse para o Brasil”. (ALVES, 2001, p. 120)

O entendimento de Coutinho acerca da finalidade do Seminário, qual seja atender aos interesses da Igreja e do Estado, é logo explicitado no preâmbulo de seus *Estatutos*: “instruir a Mocidade da nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para polir o homem, e fazer Ministros dignos de servirem á Igreja, e ao Estado”. (ESTATUTOS DO SEMINÁRIO, 1798, p. 2)

É também no preâmbulo que, nos *Estatutos do Recolhimento*, Coutinho reflete sobre a importância da educação para o desenvolvimento das sociedades de forma geral, atribuindo à falta de instrução as desordens e as mazelas:

Persuadidos Nós de que a maior parte dos crimes, e desordens, que inquietam as Sociedades, e a Igreja, trás a sua origem da falta de uma boa educação dos filhos; pois é quase impossível, que eles sem a sólida instrução, que é necessária para conter as paixões da natureza corrompida, não se inclinem facilmente aos vícios, ao quais crescendo com a idade, e passando com o exemplo de Pais e filhos, se vão perpetuando nas famílias até o ponto de causar entre os povos uma geral desordem... (ESTATUTOS DO RECOLHIMENTO, 1798, p. 1/2)

Na sequência da passagem acima selecionada, podemos observar a preocupação de Coutinho com a educação das meninas; seu reconhecimento quanto à necessidade de instrução delas e a diferença que isso poderia fazer na sociedade são notórios, como observamos abaixo.

Aqueles, que não conhecem o grande influxo, que as mulheres têm no bem, ou no mal das Sociedades, parecem até que nem querem, que elas tenham alguma educação: mas isto é um engano, é um erro, que trás o seu princípio da ignorância. As mulheres ainda que se não destinam para fazer a guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas, não têm contudo ocupações menos importantes ao Público. (ESTATUTOS DO RECOLHIMENTO, 1798, p. 2)

São esses *Estatutos* do Seminário de Olinda, juntamente com os *Estatutos* da casa de Recolhimento, ambos escritos em 1798 por Azeredo Coutinho, que se constituem como o objeto de análise da pesquisa que se propõe.

Nesses documentos, além das diretrizes gerais para o funcionamento das referidas instituições (as funções de cada ofício, a seleção dos jovens ingressantes, o uniforme a ser utilizado, os horários, a contabilidade, o funcionamento da cozinha, o cuidado com os enfermos, etc.), podem ser observadas outras questões importantes, como os seus pressupostos morais, e ainda, o tipo de instrução oferecida aos meninos e às meninas.

Uma breve análise desses dois documentos sugere que as bases para a elaboração dos mesmos são muito parecidas, sendo o principal diferencial a organização do ensino, uma vez que, aparentemente, às meninas estava prevista uma educação mais básica, enquanto para os meninos previa-se um conhecimento científico mais aprofundado.

Daí, desdobra-se a seguinte reflexão: qual o lugar da mulher no império português em fins do XVIII e início do XIX?

Nas últimas décadas, muitos estudos acerca da história das mulheres no Brasil foram desenvolvidos, resultando num número significativo de publicações, o que evidencia o fortalecimento expressivo do interesse no assunto e o surgimento de uma historiografia especializada.

Essa perspectiva analítica que foge de consagradas áreas como a econômica e a política, e que parte da investigação da vida doméstica, da intimidade dos indivíduos, da arquitetura das casas, etc., foi inaugurada no Brasil pelo celebrado Gilberto Freyre. Na seminal obra *Casa Grande & Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933, Freyre rompeu com a historiografia tradicional, a qual estudava os grandes vultos, os grandes acontecimentos e fazia uma história laudatória, embasada apenas por documentos oficiais, geralmente voltada apenas para as questões políticas.

Ao utilizar fontes como livros de assento, as confissões reunidas pelo Santo Ofício, inventários, testamentos, atestados de óbito, entre outros documentos antes desprezados pela historiografia política, Freyre criou novos aportes teórico-metodológicos e abriu caminho para novos estudos. É importante mencionar que, diferente do que ocorria em países onde predominou o protestantismo, no Brasil boa parte das memórias foi “depositada” nos confessionários, pois poucas senhoras eram letradas, sendo raros os registros íntimos em diários ou cartas. Isso acabou por dificultar o trabalho dos pesquisadores, que tiveram de mergulhar nos mais variados tipos de fontes para compreender esse lado menos aparente do nosso passado.

Apesar das dificuldades envolvendo as fontes, as pesquisas foram se desenvolvendo até chegar aos trabalhos produzidos, principalmente, a partir da década de 1980 (quando se destacaram pela constância, solidez e volume), que entre outras temáticas têm investigado a história das mulheres, acerca das quais, a raridade da documentação tem sido compensada pela riqueza informativa.

Muitos estudos realizados acerca das mulheres focaram o período colonial, valendo-se de relatos de viajantes, de cartas particulares, da iconografia, de processos civis e criminais, entre outras fontes. Tais estudos têm desvendado muitas facetas dessa fascinante temática, lançando luz sobre aspectos importantes, mas ainda negligenciados, da nossa sociedade colonial, uma vez que a história das mulheres envolve também a história da família, do trabalho, dos costumes, da sexualidade, da vida doméstica, da moda, do comportamento, e etc.

Em *História das Mulheres no Brasil*, por exemplo - obra organizada por Mary Del Priori e considerada uma referência no que diz respeito à temática -, encontramos uma série de textos produzidos por especialistas que discutem questões relacionadas à sexualidade, ao corpo, à maternidade, à família, entre outras, e que transitam desde o período colonial até o republicano, o que dá um caráter bastante abrangente à obra. Escreveu Del Priori na Apresentação do livro:

As histórias aqui contadas refletem as mais variadas: o campo e a cidade, o norte, o sudeste e o sul. Os mais diferentes espaços: a casa e a rua, a fábrica e o sindicato, o campo e a escola, a literatura e as páginas de revista. E, os múltiplos extratos sociais: escravas, operárias, sinhozinhas, burguesas, heroínas românticas, donas de casa, professoras, boias-frias. (DEL PRIORE, 2006, p.8)

Em outra passagem da mesma Apresentação, afirmou a historiadora que o livro “se propõe a contar a história das mulheres”, mas na sequência, ao advertir que “a história das mulheres não é só delas”, fortalece o que afirmamos algumas linhas acima: o estudo da história das mulheres revela aspectos relativos à organização de toda a sociedade.

Esse tipo de discussão apresentada por Del Priori se repete em outros trabalhos, se configurando como uma constante nas análises historiográficas. Exemplo disso são os escritos encontrados no volume 1 da coletânea *História da Vida Privada no Brasil* (1997), organizado por Laura de Mello e Souza e publicada pela Companhia das Letras.

A conceituada historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, também escreveu importantes trabalhos que abordaram questões concernentes às mulheres, especialmente no

que diz respeito à América portuguesa. Em *Sistema de Casamento no Brasil Colonial* (1984), além de tratar do processo matrimonial em si, a autora também aborda questões relacionadas à intimidade da mulher, como a sexualidade e os problemas conjugais. Discute ainda a criação e a educação dos filhos, e até mesmo a desagregação do casamento.

Já em *Cultura no Brasil Colonial* (1981), ao tratar de aspectos como as formas de transmissão da cultura na América portuguesa, a mesma historiadora inevitavelmente desenvolve reflexões sobre a educação feminina, o que nos interessa mais diretamente. Para isso, baseia-se nos *Estatutos do Recolhimento* e compara-o aos *Estatutos do Seminário*, tal como propomos aqui. Embora demonstre semelhanças com a nossa proposta, muitas diferenças podem ser apontadas. Citemos algumas: 1) o cerne do capítulo onde essa comparação aparece é a transmissão da cultura, logo, a comparação é breve e sucinta, ocupando não mais que poucas páginas; 2) a autora já inicia tal comparação partindo da ideia de inferioridade da educação feminina, o que limita sua análise às questões de gênero; 3) seu acento se dá nos aspectos formais do funcionamento das instituições, uma vez que discute bastante as questões relacionadas às normas e ao ritmo de trabalho. Desse modo, embora o estudo de Nizza da Silva utilize a mesma documentação, o foco de sua análise é outro.

Outros estudos historiográficos que relacionaram mulheres e instrução preocuparam-se, sobremaneira, com as questões pedagógicas, e procuraram reconstituir aspectos da história da educação no Brasil. É o caso do estudo de Arilda Riberio, *Mulheres Educadas na Colônia* (2007), que compõe a obra *500 Anos de Educação no Brasil* (2007), organizada por Eliane Lopes.

Como se observa, a despeito dos inúmeros estudos desenvolvidos acerca das mulheres no Brasil, e das mais variadas discussões realizadas sobre o tema, poucas pesquisas abordaram questões relativas à educação formal recebida pelas meninas na passagem do século XVIII para o XIX, e as que abordaram, mantiveram o foco na temática da educação, configurando uma espécie de lacuna na produção historiográfica.

Assim, esmiuçar os *Estatutos* de Seminário de Olinda e os *Estatutos* da casa de Recolhimento (o que compreende, além da análise, uma comparação e o enquadramento de seus pressupostos na mentalidade contemporânea ao período - fugindo, assim, de análises anacrônicas), pode trazer à tona muitos elementos importantes não apenas para a reconstituição da história da educação no Brasil, como apontaram alguns trabalhos, mas, também, e principalmente, sobre o tipo de instrução recebida pelas meninas, o que levaria à melhor compreensão acerca do lugar da mulher na concepção da sociedade da época.

Referências:

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. 2ª ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco: ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Parnambuco do Conselho de S. Magestade Fidelissima fundador do mesmo seminário. Lisboa: Typografia da Acad. R. de Siencias, 1798.

Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Glória do Lugar da Boavista de Parnambuco: ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Parnambuco do Conselho de S. Magestade Fidelissima. Lisboa: Tipografia da Acad. R. de Siencias, 1798.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Eliane (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Mulheres educadas na colônia*. In: LOPES, Eliane (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.